



relações
institucionais

INFORME

SEMANAL

IRI Nº 111

14 a 18 de agosto de 2023



Foto: AEN

Foto: Nami Gois / arquiteto ALEP



GOVERNO FEDERAL LANÇA O NOVO PAC









Lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento

Na última sexta-feira, 11 de agosto, ocorreu uma cerimônia no Theatro Municipal do Rio de Janeiro em que o Governo Federal lançou a nova versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O programa consiste em uma política que busca estimular obras públicas por meio de parcerias entre o Governo Federal, o setor privado, estados e municípios. Seu objetivo é promover a geração de empregos na área da construção civil, impulsionar a transição tecnológica e promover a neointustrialização. Os esforços desse novo programa estão voltados para tornar a inclusão social e a sustentabilidade marcas distintivas desta etapa do programa.

A partir de setembro, no âmbito do Novo PAC, o Governo Federal lançará editais no valor total de R\$136 bilhões para a seleção de outros projetos prioritários de estados e municípios, além dos que foram anunciados no lançamento do programa.

Investimentos previstos no Novo PAC:

-  **Transição e Segurança Energética:** 540 Bilhões;
-  **Inclusão Digital e Conectividade:** 28 bilhões;
-  **Saúde:** 31 Bilhões;
-  **Educação:** 45 Bilhões;
-  **Infraestrutura Social e inclusiva:** 45 Bilhões;
-  **Cidades Sustentáveis e Resilientes:** 610 Bilhões;
-  **Águas para todos:** 30 Bilhões;
-  **Transporte eficiente e Sustentável:** 349 Bilhões;

Origem do Recurso:



Orçamento da União: 371 bilhões;
Empresas estatais: 343 bilhões;

Financiamentos: 362 bilhões;

Setor Privado: 362 bilhões;



Cerimônia de lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento:



Imagem: Governo Federal.

Novo PAC vai investir R\$ 107,2 bilhões em obras no Paraná

A parceria entre o Governo Federal, o governo estadual, os municípios e o setor privado pretende investir R\$ 107,2 bilhões em obras e serviços com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população paranaense. No conjunto de obras do programa, destacam-se aquelas de maior importância para o Paraná, como a construção do Contorno Leste de Guaíra - BR 163, a construção da BR 487 (Boiadeira - Serra dos Dourados - Cruzeiro do Oeste), as moradias do programa Minha Casa, Minha Vida e a concessão de seis lotes de rodovias.

O governo do estado se manifestou a respeito das obras indicadas pela administração ao PAC III do Governo Federal. Dentre essas obras, incluem-se: a duplicação da BR 476, conhecida como Rodovia do Xisto, entre Lapa e São Mateus, assim como outro trecho da mesma rodovia entre União da Vitória e São Mateus; um estudo sobre a viabilidade da implementação da BR 101 litoral, estabelecendo conexão com a BR 116; a reforma da Ponte Ayrton Sena, localizada na divisa entre o Paraná e o Mato Grosso do Sul; a construção da Nova Ferroeste, ligando Paranaguá a Maracaju; a expansão da Transbrasiliana entre Imbituva e Alto do Amparo, nos Campos Gerais; além de outras obras de infraestrutura urbana e conjuntos habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida.

Parlamentares tanto do governo quanto da oposição na Assembleia Legislativa se manifestaram a respeito da indicação das obras e expressaram grande entusiasmo na expectativa de que elas sejam efetivamente realizadas.

Obra em rodovia do Paraná:



Imagem: Agência de Notícias Governo do Estado.

PLANO SAFRA PARANÁ

MAIS SUSTENTÁVEL 2023/2024



PARANÁ LANÇA O PLANO SAFRA ESTADUAL

Cerimônia lança Plano Safra estadual do Paraná

O Governo do Estado do Paraná lançou o maior Plano Safra de sua história, totalizando R\$ 54,3 bilhões captados de diversas fontes, incluindo o Banco do Brasil, cooperativas de crédito e o BRDE. Esse pacote tem como objetivo destinar recursos para o custeio e investimentos de agricultores familiares, bem como médios e grandes agropecuaristas. Uma medida significativa anunciada é a oferta de crédito subsidiado aos agricultores.

Do montante direcionado para custeio e comercialização, R\$ 46,3 bilhões estão alocados. Além disso, novos investimentos no setor demandarão R\$ 9,6 bilhões desses recursos, enquanto R\$ 1,1 bilhão será direcionado para ações de diversas finalidades. O principal objetivo é tornar as atividades rurais mais rentáveis, competitivas e sustentáveis, aprimorando a estrutura de produção, armazenamento e comercialização, e protegendo os empreendimentos contra eventos que possam causar perdas. Tudo isso mantendo um foco contínuo na preservação do meio ambiente.

Outra importante iniciativa está inserida no esforço de proporcionar crédito subsidiado aos agricultores, através de novas linhas dentro do Banco do Agricultor Paranaense. Uma inovação significativa é o tratamento diferenciado para mulheres que fazem parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e que tenham interesse em investir em suas propriedades. O Estado assumirá integralmente os juros dos empréstimos contratados para essa finalidade.

Cerimônia de lançamento do Plano Safra – Palácio Iguaçu:



Imagem: Agencia do Governo do Estado.



Agenda Legislativa



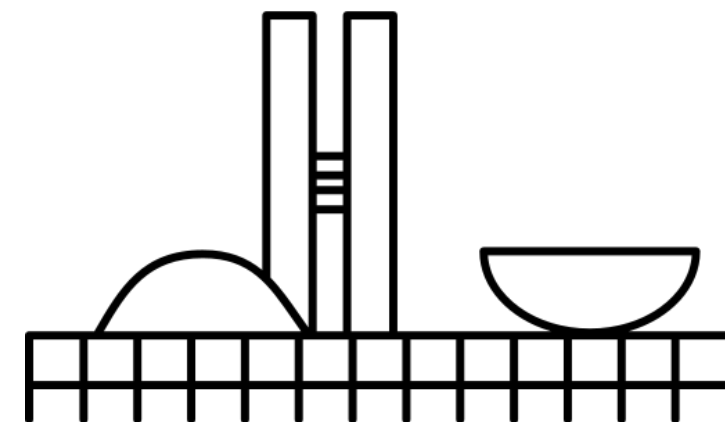
Câmara e Senado tem agenda legislativa intensa de interesse do cooperativismo

Nesta semana, o Congresso Nacional teve alguns anúncios referentes à movimentação da agenda de proposições, incluindo a discussão de temas de relevância para a economia.

No Senado Federal, logo após o anúncio da relatoria da Reforma Tributária pelo Senador Eduardo Braga (MDB-AM), o parlamentar divulgou um plano de trabalho que prevê a realização de debates e audiências públicas para analisar a proposta na casa revisora da República. O documento do plano de trabalho inclui a programação de uma audiência pública agendada para o dia 05/09/2023, que terá como foco a discussão do impacto da Reforma Tributária no Agronegócio. O objetivo é abordar questões relacionadas aos efeitos da Proposta de Emenda à Constituição nos setores mencionados. Essa audiência será uma oportunidade para esclarecer também as perspectivas em relação aos preços dos alimentos após a aprovação da Reforma, bem como sobre a desoneração da cesta básica.

O Presidente Luís Inácio Lula se reuniu com o Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e durante a reunião foram abordados temas como a reforma ministerial e a agenda de votações para o segundo semestre na Câmara. No que diz respeito à reforma ministerial, existe uma expectativa de que o PP e o REPUBLICANOS ocupem cargos no governo. Entre as possíveis mudanças está a alocação dos Ministérios de Portos e Aeroportos, bem como o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e Combate à Fome. A Assessoria do governo já confirmou que o líder do PP na Câmara, André Fufuca (PP-MA), e o Deputado Silvio Costa Filho (REP-PE), irão integrar o governo em breve.

Em relação à pauta do plenário, o Presidente da Câmara expressou a intenção de incluir em breve o Projeto de Lei do arcabouço fiscal, um projeto de grande importância para a agenda econômica do governo, bem como uma parte do projeto que aborda a disseminação de notícias falsas.

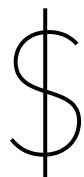
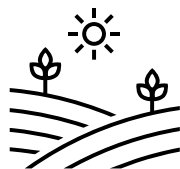
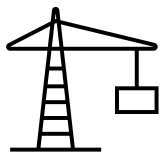


Plano de Trabalho da Reforma Tributária

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou, nesta quarta-feira (16), o plano de trabalho apresentado pelo relator da reforma tributária, senador Eduardo Braga (MDB-AM). Estão previstas sete audiências públicas para debater a proposta (PEC 45/2019) e o relatório pode ser votado em 4 de outubro.

Acesse o plano de trabalho da Reforma Tributária no Senado na íntegra:

<https://bit.ly/45vUr1q>



OCB participa de audiência pública no Senado Federal

Na terça-feira, dia 15, teve lugar o primeiro encontro público do Grupo de Trabalho (GT) responsável pela Reforma Tributária no Senado. Um dos tópicos em destaque foi a defesa feita pela OCB ao tratamento tributário apropriado para o Ato Cooperativo.

O consultor tributário da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), João Caetano Muzzi Filho, marcou presença na audiência, onde enfatizou a estrutura societária e a lógica operacional do movimento cooperativista, além de analisar o impacto da Reforma Tributária em nosso modelo de negócios.

Muzzi também enfatizou as informações mais recentes sobre o cooperativismo no Brasil, as quais foram disponibilizadas no AnuárioCoop 2023, lançado na semana anterior. Esses dados ressaltam a solidez e as características únicas do cooperativismo.

Confira o vídeo com a participação completa da OCB em nosso canal no YouTube:

<https://youtu.be/GbcT1hiskbk>

João Caetano Muzzi Filho em arguição sobre a Reforma no Senado Federal:



Imagem: Senado Federal